



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Eixo: Relações étnico-raciais, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e Políticas Sociais

**TEMPLATE – TRABALHO COMPLETO – Apresentação Comunicação Oral**

**A riqueza dos saberes populares: pela valorização das epistemologias não eurocentristas**

Gabriel Lima Simões <sup>1</sup>

**Resumo** A valorização dos saberes populares é uma prática que pouco se fez presente no processo histórico de construção da cultura brasileira. Desde o período colonial sempre se difundiu pelo país, inclusive nas escolas, as epistemologias eurocêntricas trazidas pelo colonizador. Este artigo se propõe a problematizar a não valorização das epistemologias dos povos historicamente ignorados no Brasil. Enfatizando os conceitos de epistemologia e epistemografia, faz-se uma reflexão sobre a necessidade de romper com estereótipos e reconhecer a riqueza epistemológica e o grande potencial para construção de conhecimento genuinamente brasileiro, sobretudo por parte dos povos indígenas e moradores de favelas.

**Palavras-chave:** Epistemologia; Epistemografia; Indígena; Favela; Conhecimento.

**Abstract:** The valuation of knowing them popular is one practical one that little became gift in the historical process of construction of the Brazilian culture. Since the colonial period always it was spread out for the country, also in the schools, the eurocentrics epistemologies brought by the colonizer. This article if considers to problematize not the valuation of the epistemologies of the peoples historically ignored in Brazil. Emphasizing the concepts of epistemology and epistemografy, a reflection becomes on the necessity to breach with stereotypes and to recognize the epistemological wealth and the great potential for construction of genuinely Brazilian knowledge, over all on the part of the aboriginal and living peoples of slum quarters.

**Keywords:** Epistemology; Epistemography; Indigenous; Shanty town; knowledge.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Políticas Públicas e Formação Humana, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. E-mail: biellsimoes@gmail.com



## 1. INTRODUÇÃO

Dentre as heranças de séculos de doutrinação eurocentrista foram sendo normalizados no Brasil muitos conceitos que buscam determinar o que deve ser considerado como certo ou errado, bom ou ruim, progresso ou decadência.

As grandes potências colonizadoras não cravaram nos seus territórios subordinados apenas o domínio econômico, mas também semearam seus valores e boa parte da suas culturas e crenças. Tal é a nocividade dessas influências que, mesmo após tantos anos de uma suposta independência, ainda mantém-se vivo o mito de que os padrões de desenvolvimento a serem seguidos são os 'grandes exemplos' que se observa no primeiro mundo.

A epistemologia pode ser aqui entendida como um método de produção do conhecimento que se constrói a partir das múltiplas relações do sujeito com os objetos que lhes transmitem conhecimento. O produto dessas interrelações é o conhecimento (científico ou não) que o indivíduo passa a adotar como referência de verdade.

Na contracorrente do afloramento generalizante de epistemologias eurocêntricas, ganha força o discurso da necessidade de buscar estratégias de descolonização. Filósofos como o franco-argelino Frantz Fanon defenderam que a ideia de descolonizar não se resumiria ao alcance da libertação nacional. Ele, que nasceu na colônia francesa de Martinica, defendia que era preciso criar uma nova ordem material e simbólica que levasse em consideração o espectro completo da história humana, incluindo as suas conquistas e fracassos (MALDONADO-TORRES, 2009, p. 339).

Nessa perspectiva, um núcleo de estudos liderado por Boaventura de Souza Santos tem trabalhado um conceito intitulado Epistemologias do Sul, um novo olhar para as múltiplas possibilidades de construção e valorização do conhecimento. Tal concepção segue uma linha crítica, como bem enfatiza Nunes (2009, p. 217),

A epistemologia do sul, enquanto projeto, significa, ao mesmo tempo, uma descontinuidade radical com o projeto moderno da epistemologia e uma construção da reflexão sobre os saberes que torna reconhecíveis os limites da crítica da epistemologia tal como elas têm emergido num quadro ainda condicionado pela ciência moderna como referência para a crítica de todos os saberes (NUNES, 2009, p. 217).

Inserida na ideia de modernidade que permeia essa discussão está implicada a visão estereotipada de que 'quanto mais moderno melhor'. Tal alusão denota a tendência colonial que enfatiza que o desenvolvimento seria atingido a partir do momento que se adotasse como referência os valores e padrões difundidos pelos colonizadores.



Como afirma Maldonado-Torres (2009, p. 351), os laços que ligam o conceito de modernidade à Europa nos discursos dominantes sobre modernidade não conseguem deixar de fazer referência à localização geopolítica. O autor chama atenção para caráter espacial que está embutido nessa ideia de que o que é moderno é o que vem da Europa. Tal pensamento elimina a importância da localização geopolítica e ignora o potencial de produção de conhecimento de outras regiões externas ao eixo eurocêntrico.

Pensar outras epistemologias, como no caso da epistemologia do sul, é abrir portas para a valorização do contexto histórico em que emergem novos atores históricos. De acordo com Nunes (2009, p. 217), a exemplo do Sul global, existe uma diversidade de outros sujeitos coletivos que emanam outras formas de saber e de conhecimento que historicamente foram ignorados, silenciados, marginalizados, desqualificados ou simplesmente eliminados, vítimas de epistemicídios.

No âmbito brasileiro destaca-se a dificuldade dos líderes e políticos, profissionais e intelectuais para compreender, visualizar e valorizar a riqueza de conhecimentos que provêm dos diferentes sujeitos populares do país. Fleuri (2017) associa a atual crise política e social que tem assolado o Brasil a uma implicação da não escuta do que esses sujeitos historicamente ignorados têm a dizer. O autor traz à discussão os históricos gritos silenciados dos grupos populares que há séculos têm sofrido os processos de exploração, exclusão e subvalorização das suas culturas.

## **2. A IDEIA DA EPISTEMOGRAFIA**

Um contraponto ao centralismo epistemológico é defendido por García-Gutiérrez a partir do conceito de epistemografia. Para ele, a epistemografia é uma configuração transdisciplinar que tem como objeto a organização horizontal e interativa dos conhecimentos. Opondo-se aos idealismos e aos absolutismos, a epistemografia se ocuparia do conhecimento despercebido, adentrando, segundo García-Gutiérrez (2006, p. 104), tanto no âmbito dos privilegiados das áreas científicas como na imensidão das favelas do saber, garimpando os conhecimentos dignos que sobrevivem em seu entorno.

García-Gutiérrez define a história da ciência como a história do desprezo do subalterno; uma história repleta de valiosas irrelevâncias, de felizes inconsistências, de oportunos esquecimentos e, especialmente, de imprevisíveis contradições que criam a poderosa (e por vezes negada) máquina do conhecimento (GARCÍA-GUTIÉRREZ, 2006, p. 104).

Numa breve análise sobre o contexto brasileiro, García-Gutiérrez (2006, p. 105) diz crer que:



Assim como em muitos outros países, no Brasil existe uma dupla percepção: a de um Brasil minoritário, imaginário e unificador, inventado e vivido pelas elites financeiras, petroleiras e latifundiárias e a de um Brasil profundo e diverso, com uma maioria de gente sem-terra e de habitantes de favelas (GARCÍA-GUTIÉRREZ, 2006, p. 104).

Dentro da perspectiva epistemográfica de reconhecimento da prática da produção de conhecimento em campos com potenciais historicamente ignorados, García-Gutiérrez traz à tona a proposição de se valorizar a redistribuição da presença e força de todos os conhecimentos e culturas, em igualdade de condições.

Como defendido em García-Gutiérrez (2006, p. 108), a epistemografia deve ser orientada por um conhecimento situado, partindo de lugares determinados que revelam a existência de um imenso conhecimento submerso, despercebido. De acordo com o autor, esse tipo de conhecimento é necessariamente contaminado por elementos cognitivos e não cognitivos, por emoções e paixões, por mestiçagens, ambigüidades e contradições.

Em sua proposição, García-Gutiérrez enfatiza ainda que os conhecimentos submersos devem intercoplar-se estruturalmente para poder continuar dando conta de seu legado, e aprender que a transmissão e a organização são tão importantes como o próprio conhecimento (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2006, p. 109).

Por fim, García-Gutiérrez chama atenção para o caráter transdisciplinar e necessariamente *dialógico* da epistemografia. Segundo ele,

O objetivo da epistemografia é manter os níveis máximos de conhecimento auto-construído, autônomo, emancipado, heterológico, ainda com baixo ou nenhum nível de tradução, mediante o trabalho cooperativo na rede (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2006, p. 109).

O pensar outras epistemologias ou epistemografias que se proponham a difundir as práticas de produção de conhecimento pautadas por valores e costumes eurocêntricos, abre portas para valorização das culturas locais dos diversos povos que, em seu cotidiano, já vivenciam sua própria prática de produção de conhecimento, a partir das suas experiências empíricas.

### **3. CULTURA INDÍGENA COMO MODELO EPISTEMOLÓGICO**

O reconhecimento do potencial de outras epistemologias passa pelo princípio do respeito às ancestralidades, crenças e valores de povos que tem grande parte da sua história e seus conhecimentos ignorados tanto pelos governantes quanto pela academia, quanto pelo senso comum. Como ressalta Fleuri (2017, p. 278), em seu estudo intitulado “*Aprender com os povos indígenas*”, nós temos muito a aprender com os povos indígenas,



que no continente ameríndio há cinco séculos vêm resistindo aos genocidas processos de colonização.

O trabalho de Fleuri critica o genocídio que foi imputado aos povos indígenas em meio ao processo de colonização do Brasil. A saga pela exploração das novas terras devastou as tribos existentes, expulsou-as do seu território e praticamente aboliu suas ricas e variadas culturas. Dados da pesquisa de Fleuri apontam que a redução demográfica dos povos indígenas foi descomunal:

Uma população estimada em quatro milhões de pessoas há cinco séculos, antes da conquista portuguesa, hoje está reduzida a cerca de novecentas mil pessoas, menos de meio por cento do conjunto dos atuais cidadãos brasileiros. (FLEURI, 2017, p. 279)

O pequeno percentual que restou dessa população hoje vive espalhado pelo país, lutando para re-garantir seus direitos de uso da terra e para diminuir a influência do processo de colonização sob sua cultura. A presença maciça dos novos valores e a sedução das tecnologias são fatores que impactam diretamente a luta pela preservação dos rituais e da grande variedade de línguas que eram faladas pelos povos originários.

O discurso colonial que incidiu sobre os povos indígenas buscou exaltar uma suposta supremacia do pensamento e da cultura europeia. Essa espécie de preconceito sociocultural é destacado por Fleuri ao afirmar que:

O pensamento dos colonizadores classifica o mundo baseado no critério de raça, posicionando os povos autóctones em uma condição de subalternidade em relação ao europeu, na medida em que suas diferenças culturais eram interpretadas negativamente, como falta dos atributos da civilização e da cultura letrada europeia. (FLEURI, 2017, p. 279-280)

Contudo, estudos sobre os costumes e práticas que caracterizam historicamente as tradições culturais e organizativas dos povos indígenas apontam para riquezas epistemológicas e uma infinidade de conhecimentos advindos, sobretudo, do modo com que esses povos se relacionam com a natureza. A partir de tais observações, Fleuri defende que:

É absolutamente necessário aprender com os povos originários ancestrais modos de vida que tornem sustentável a convivência planetária, inclusive para as futuras gerações dos seres humanos e das diferentes espécies de seres vivos que necessitam cuidar da Mãe Terra, para que esta possa continuar a nutri-los. (FLEURI, 2017, p. 284)

É repugnante observar como o culto à ancestralidade foi praticamente banido da história que se conta sobre o Brasil. Nas escolas, nos livros didáticos, a história do Brasil se inicia a partir do seu suposto descobrimento pelos portugueses. Toda a cultura e a história dos povos que viviam nesse país antes do ano de 1500 são ocultadas no ensino formal. Os



povos originários desse território são tratados de forma festiva como folclore. A devastação promovida pelo processo de colonização comprometeu a luta pelos direitos dos indígenas. Populações e comunidades foram dizimadas e em pleno século 21 tem sido difícil a luta e a resistência dos poucos indígenas que ainda sobrevivem nesse país para manter viva suas culturas e seus valores.

Séculos se passaram e os antigos valores dos colonizadores ainda moldam os valores que são adotados e difundidos pelo Estado brasileiro. Com o domínio do neoliberalismo e o advento da chamada era da informação, se aflorou ainda mais a interferência de valores estrangeiros e globais na estruturação da cultura nacional. Cada vez menos se lembra e se valoriza os povos que viviam e faziam sua história no Brasil antes desse território ser invadido por europeus. Dado tão profundo 'esquecimento', faz-se necessário um trabalho epistemográfico, seguindo o que apontou García-Gutiérrez, para que se promova um resgate da riqueza de conhecimentos desses povos que passaram a ser despercebidas e hoje praticamente não se faz presente nas academias, nas escolas, nas ciências nem na memória das pessoas.

Insistir na desconstrução da colonialidade significa apoiar a luta por um país que não tenha sua cultura baseada em conceitos e teorias eurocêntricas, que não representam nem valorizam os saberes das várias minorias que compõem a verdadeira identidade desse país. Todo o conhecimento histórico dos povos indígenas precisa ser respeitado e, na medida do possível, aproveitado, a partir de experiências de convivência intercultural.

Os estudos de Fleuri apontam que diferentes movimentos sociais, em caráter mundial, vêm desenvolvendo estratégias decoloniais, no sentido de desconstruir a matriz de dominação e exploração colonial que engendra os Estados Nacionais (FLEURI, 2017, p. 288).

Aliados a esses movimentos, diante da amplitude de conhecimentos que são gerados pelos diversos povos que fazem a cultura de um país tão multifacetado como o Brasil, prescinde, mesmo que tardiamente, que se dêem passos atrás para rever quais conceitos e quais valores podemos realmente chamar de nossos.

#### **4. A FAVELA COMO FONTE EPISTEMOLÓGICA**

Seguindo a mesma perspectiva de identificação de epistemologias que fogem ao que se adota como referência no Brasil e no mundo, Goulart e Calvet (2017) desenvolveram um estudo sobre "*Pra Que e Pra Quem Serve as Pesquisas sobre Favelas*". Dados desse estudo apontaram que a disputa epistemológica vem sendo colocada como eixo central no debate sobre a vida e o desenvolvimento das favelas. De acordo com os autores, as favelas



e seu povo majoritariamente preto são construtores de epistemologias pautadas na ancestralidade, vivência e experiências comunitárias.

Esse movimento é uma espécie de grito de autoafirmação dos moradores das favelas que lutam cotidianamente para que o mundo ouça que ali não é um reduto de povos assujeitados. Insistem em enfatizar que a favela também é um campo vivo de produção de subjetividades e produção de conhecimento. Relembrando o discurso de Fanon, Goulart e Calvet (2017) afirmam que:

É preciso criticar a epistemologia branca Eurocêntrica que nos colocava na condição de sujeitos coisificados pela ciência, para nos afirmarmos como sujeitos produtores de conhecimento, reivindicando representação acadêmica para a descolonização (GOULART E CALVET, p. 1, 2017).

A partir da quebra de hegemonia das estruturas epistemológicas impostas pelo racismo e pelo colonialismo, como salientam Goulart e Calvet (2017), tem-se a oportunidade de abertura de espaços para articulação sistemática de distintas formas de conhecimento, outrora ignorados.

Em uma de suas linhas de pesquisa, Boaventura de Souza Santos enfatiza a existência de uma grande diversidade epistêmica no mundo e que é fundamental lutar contra a monocultura do saber. Nessa perspectiva o autor difunde o que ele chama de ecologia dos saberes: um conjunto de epistemologias que partem da possibilidade da diversidade e da globalização contra-hegemônicas e pretendem contribuir para credibilizá-las e fortalecê-las (SANTOS, 2006, p. 154).

No Fórum Social Mundial, realizado em 2003, deu-se início uma discussão para formulação de um projeto denominado Universidade Popular dos Movimentos Sociais - UPMS. Sob a liderança do Boaventura de Souza Santos, o trabalho se dá a partir da realização de oficinas que buscam articular os conhecimentos diversos, fortalecer novas formas de resistência e contribuir para a reinvenção da emancipação social.

O entendimento dos participantes do Fórum Social Mundial foi de que além daquele espaço de discussão, fazia-se necessária a criação de uma outra plataforma que pudesse facilitar a troca de conhecimento, saberes e informações entre os movimentos sociais, de forma coletiva e intercultural. Assim, optou-se por uma plataforma com estrutura de universidade à qual se instituiu como objetivo principal o de contribuir para que o conhecimento da globalização alternativa seja tão global quanto ela e que as ações transformadoras sejam mais esclarecidas aos seus protagonistas, tornando-os mais autônomos e reflexivos (UPMS, 2012, p. 4)

As primeiras experiências de oficinas da UPMS realizadas no Brasil ocorreram no ano de 2009, na cidade de Belo Horizonte, e no ano de 2010, na cidade de Porto Alegre. No evento de Belo Horizonte a temática central das discussões foi a “Relação dos Movimentos



Sociais com o Estado” Em Porto Alegre a temática foi “Construindo Diálogos entre os Movimentos Sociais e a Universidade”.

Em 2012 o Fórum Social Mundial foi realizado no Brasil, na cidade de Porto Alegre e durante o evento constituiu-se um grupo de trabalho para discutir a expansão da UPMS no Brasil. Dada a diversidade cultural brasileira e a necessidade de reconhecimento e intercâmbio dos diferentes saberes que compõem as experiências dos movimentos sociais de todo o país, surgiram propostas de realização de oficinas em diferentes Estados Brasileiros.

Ainda em 2012, foram realizadas oficinas em três cidades do Estado do Rio Grande do Sul e uma oficina numa cidade do interior do Estado do Rio de Janeiro; em 2013 ocorreram oficinas na capital do Ceará e no Distrito Federal; em 2014 uma nova oficina no Distrito Federal; em 2015 uma oficina na capital do Rio de Janeiro; em 2016 ocorreu uma oficina no norte do Estado de Minas Gerais; e em no ano de 2018 uma oficina integrando comunidades de favelas da Bahia e do Rio de Janeiro.

A experiência dessa oficina realizada em 2018 foi especial por integrar duas comunidades de favelas que possuem o mesmo nome: a Ilha de Maré, na cidade de Salvador - BA e o Complexo de Favelas da Maré, na cidade do Rio de Janeiro - RJ. Foram realizadas reuniões nos dois Estados, integrando os moradores dessas comunidades na partilha dos seus saberes e experiências de articulação e mobilização social. Essas reuniões contaram com a participação de diversos moradores de ambas as comunidades, que alimentaram ricos debates sobre a importância de valorização dos saberes populares, enfatizando-se que não é apenas na academia ou apenas ‘no asfalto’ que se produz conhecimento. Na oportunidade foi lançada a proposta de implantação de uma unidade permanente da UPMS junto às comunidades do Complexo de Favelas da Maré.

Dentre as discussões promovidas no âmbito da UPMS está a luta pela desmistificação do estereótipo de que as favelas são redutos onde vivem pessoas ‘sem cultura’, sem conhecimento, improdutivas e que representam entraves para o desenvolvimento do país.

A visão que se difunde sobre o que é a vida em favela, segundo Passetti (2003, p. 81-82) tem origem no próprio Estado. De acordo com o autor:

O Estado classifica esses locais como regiões-problema, áreas proibidas, circuitos selvagens, territórios de abandono a serem evitados e temidos por se fazer crer serem locais de vícios, violência, excesso de crime e desintegração social. Ali está a população vista como exótica, improdutiva e brutal (Loic Wacquant. Os condenados da cidade, op. Cit, p. 13. Apud, Passetti, 2003, p. 81-82).



A improdutividade aí selada significa mais do que uma improdutividade relativa a trabalho e ocupação. O discurso sugere que a favela seja também um reduto de improdutividade intelectual e epistemológica.

Existem muitos exemplos de intelectuais nascidos e criados em favelas e que travam essa luta para que o seu lugar seja reconhecido por sua grande capacidade de produzir conhecimento e difundir suas epistemologias.

Um destaque à frente dessa resistência foi a socióloga Marielle Franco. Tendo nascido e crescido no Complexo de Favelas da Maré, ela fez mestrado em administração pública, quando desenvolveu estudos analisando a segurança pública no Estado do Rio de Janeiro e sua incidência nos territórios de favela. Marielle se elegeu vereadora da cidade do Rio de Janeiro no ano de 2016. No ano de 2018 um decreto instituiu na cidade uma intervenção militar com a justificativa de que se vivia uma situação de exceção por conta do aumento dos casos de violência. Contudo, em sua atuação como vereadora Marielle identificou uma série de abusos sendo cometidas pelos agentes dessa intervenção, especialmente nas comunidades carentes da cidade. Poucos dias após denunciar as ações violentas da polícia, a vereadora foi assassinada por policiais. Esse crime bárbaro foi notícia na imprensa em nível mundial. Poucos meses depois a sua tese de mestrado foi publicada como livro pela editora N-1.

Como socióloga e militante, Marielle sempre combateu essa visão reducionista do potencial da favela como campo de produção de conhecimento. De acordo Franco (2014, p. 60), grande parte da população é marcada por percepções de que as favelas são vistas como territórios, em oposição ao conjunto da cidade. Assim como Passetti, a autora também afirma que a atuação do Estado tem reafirmado essa distinção entre povos das favelas e povos da cidade. Segundo ela, esse discurso tem grande interferência na vida dessas comunidades que acabam legitimando esse senso comum e reforçando a atuação do Estado de formas diferenciadas nos territórios da cidade.

Tal esteriotipização, ratificada pelo Estado, ganha proporções maiores ao ser difundida pela mídia. Franco (2014, p. 61) afirmava que:

O preconceito e a discriminação, que crescem com a atual ênfase na criminalização da pobreza, ganha predominância na subjetividade coletiva. Tal situação se sobrepõe, inclusive, à própria objetividade das relações sociais. Por exemplo, há uma visão impregnada na sociedade de que os moradores de favelas são, em sua maioria, participantes do varejo das drogas imposto pelo tráfico na comunidade. (FRANCO, 2014, p. 61)

Contudo, em contraposição a esse discurso hegemônico de forte estigmatização socioespacial, e longe das repercussões midiáticas, as favelas possuem um potencial de mobilização para envolver moradores e um conjunto de movimentos sociais em torno de



projetos educacionais, culturais, políticos que viabilizem mudanças no cotidiano desses territórios, sobretudo a partir da construção compartilhada de conhecimento.

## 5. RESULTADOS E CONCLUSÕES

A produção de conhecimento fora dos padrões eurocêntricos e fora dos meios acadêmicos tende a fluir, sobretudo, quando se busca construir conhecimento de forma compartilhada a partir da junção dos múltiplos saberes dos diversos sujeitos que compõem o território.

Em “A arqueologia do saber” Foucault define o conceito de saber e afirma que a constituição de uma ciência se dá a partir da junção de conjuntos de elementos que regulam a prática discursiva dos indivíduos. Segundo ele, um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso (FOUCAULT, 2002, p. 207).

Como afirmado por Boaventura de Souza Santos, são múltiplas as fontes epistemológicas e é preciso que se cultive a ecologia desses saberes, desde o resgate e a valorização das ancestralidades à rica e contínua produção de conhecimento no dia a dia das favelas.

Mesmo dispondo de tantos mecanismos que facilitam o intercâmbio cultural por todas as partes do mundo, não é admissível que se persista no processo de importação de valores e se ignore a memória e a vitalidade dos povos que sempre estiveram ativos na produção de conhecimento dentro do nosso próprio território.

Assim, diante da discussão sobre a necessidade de valorização de outras epistemologias, que levem em consideração os diversos saberes, discursos e experiências, cabe aqui, por fim, enaltecer que tanto no contexto da favela quanto no cotidiano dos povos indígenas, em meio aos povos costumeiramente taxados de improdutivos, ferve a produção de subjetividades e se aviva a resistência pela preservação dos seus valores, sua cultura e sua capacidade de geração de conhecimento genuíno.



## 6. REFERÊNCIAS

FLEURI, Reinaldo Matias. Aprender com os povos indígenas. **Revista de Educação Pública**, [S.l.], v. 26, n. 62/1, p. 277-294, maio 2017. ISSN 2238-2097. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/4995>>.

Acesso em: 16 de fevereiro de 2019

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

FRANCO, Marielle. **UPP – A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro**. UFF, Niterói. 2014. Disponível em <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/2166/1/Marielle%20Franco.pdf>>. Acessado em 15 de fevereiro de 2019.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. Cientificamente favelados: uma visão crítica do conhecimento a partir da epistemografia. **TransInformação**, Campinas, 18(2):103-112, maio/ago., 2006

GOULART, Fransérgio e CALVET, Rodrigo. Para Que e Para Quem Servem as Pesquisas Acadêmicas sobre as Favelas? – Uma Nova Epistemologia é Possível! **Canal Ibase**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://www.canalibase.org.br/para-que-e-para-quem-servem-pesquisas-academicas-sobre-favelas-uma-nova-epistemologia-e-possivel/>>. Acessado em 15 de fevereiro de 2019.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A Topologia do Ser e a Geopolítica do Conhecimento: modernidade, império e colonialidade. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina/ CES, 2009.

NUNES, João Arriscado, O resgate da Espistemologia. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina/ CES, 2009.

PASSETTI, Edson. **Anarquismos e sociedade de controle**. São Paulo: Cortez. 2003.

SANTOS, Boaventura de Souza. Ecologia dos saberes. In: **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.

UPMS – Universidade Popular dos Movimentos sociais. **Relatório final oficina “saúde, sustentabilidade e bem viver”**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <[http://www.universidadepopular.org/site/media/relatorios\\_oficinas/RELATORIO\\_FINAL\\_UPM\\_S\\_Saude\\_Sustentabilidade\\_e\\_Bem\\_viver\\_25\\_05\\_2013.pdf](http://www.universidadepopular.org/site/media/relatorios_oficinas/RELATORIO_FINAL_UPM_S_Saude_Sustentabilidade_e_Bem_viver_25_05_2013.pdf)>. Acessado em: 21 de fevereiro de 2019.